



TICs e a juventude rural: questionamentos a uma ação de política pública¹

Gabriela Marques Gonçalves²

Nilton José dos Reis Rocha³

Patrícia da Veiga Borges⁴

Renato Cirino⁵

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO

Resumo

Em 2011, o governo brasileiro publicou a Chamada Pública Nº 01/2011 “em apoio à capacitação no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para a juventude rural”. O documento apresentou como objetivo “capacitar para o uso das tecnologias em assentamentos da reforma agrária e/ou junto aos povos ou comunidades tradicionais”. A iniciativa deveria ser executada, com fomento de até R\$ 300 mil, por projetos de extensão das instituições federais de ensino superior. Intrigados com o que representa essa ação de política pública para a atual conjuntura e com base nas premissas do edital em questão, apresentamos uma reflexão conceitual e ainda inicial a respeito da relação entre comunicação, mundo rural e tecnologias. Tratar-se-ia de uma “invasão cultural” de novo tipo?

Palavras-chave

Comunicação; Difusionismo; Políticas Públicas; TICs.

Apresentação

Em outubro de 2011, o Ministério das Comunicações (MC) do governo brasileiro, por meio da Secretaria de Inclusão Digital (SID), e a Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR), por intermédio da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), publicaram a Chamada Pública Nº 01/2011 em “apoio à capacitação no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para a juventude rural”.

O documento apresentou como objetivo capacitar jovens no uso das tecnologias em “assentamentos da reforma agrária e/ou junto aos povos ou comunidades tradicionais” (MC/SID, 2010, p. 2). Para definir tais comunidades, a Chamada Pública tomou por base o decreto nº 6.040 de 07/02/2007, que as define como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e

¹Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 28 a 30 de junho de 2012.

²Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF; e-mail: gmgjornal@gmail.com

³Professor da Universidade Federal de Goiás (UFG) e doutorando no CES-Universidade de Coimbra. Coordenador do Coletivo Magnífica Mundi. e-mail: niltin.rocha@gmail.com

⁴Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás; e-mail: patriciadaveiga@gmail.com

⁵Mestrando em Cultura Visual pela Universidade Federal de Goiás; e-mail: renatocirino@gmail.com



usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007)⁶

Grosso modo a iniciativa estaria estendida, somente no estado de Goiás, a 287 assentamentos⁷, duas comunidades indígenas e 33 comunidades quilombolas⁸, esbarrando nas diferentes realidades sociais, econômicas e culturais existentes entre esses grupos. No entanto, conforme o edital que tornou pública essa ação de política pública, a escolha e a delimitação dos grupos ficariam a cargo das entidades propositoras e executoras dos projetos.

A Chamada Pública teve como principal público-alvo os jovens. Para tanto, em seu edital, buscou dialogar com a Política Nacional de Juventude (PNJ). Implementada em 2005, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a PNJ tem como função promover políticas públicas para a população brasileira cuja faixa etária oscila entre 18 e 29 anos⁹.

Para a realização dos projetos futuramente selecionados, a Chamada Pública “convocou” as instituições federais de ensino superior do país para que, em consonância com o ensino e a pesquisa de suas localidades, apresentassem propostas de extensão¹⁰ que inserissem os objetos, as técnicas e a linguagem das TICs em áreas camponesas. Cada instituição pôde indicar no máximo um projeto por linha temática, sendo que a seleção esteve sob critérios próprios de cada universidade ou instituto.

Segundo o documento, os projetos de extensão deveriam ser “orientados à inclusão digital nas suas mais diversas dimensões, visando aprofundar ações que venham fortalecer a institucionalização das políticas públicas de inclusão social” (MC/SID, 2011, p.1), uma maneira de integrar políticas executadas separadamente pelo Ministério das Comunicações e pela Secretaria Nacional de Juventude¹¹.

⁶Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

⁷Ver em: <http://uc.socioambiental.org/territ%C3%B3rios-de-ocupa%C3%A7%C3%A3o-tradicional/territ%C3%B3rios-remanescentes-de-quilombos>

⁸Conferir em: <http://uc.socioambiental.org/territ%C3%B3rios-de-ocupa%C3%A7%C3%A3o-tradicional/territ%C3%B3rios-remanescentes-de-quilombos>

⁹Segundo o site da Secretaria Nacional de Juventude, “essa faixa etária é justamente a que concentra os piores índices de desemprego, evasão escolar, falta de formação profissional, mortes por homicídio e envolvimento com drogas”. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/sobre-a-secretaria/view>

¹⁰O edital define projeto de extensão como “o conjunto de ações processuais contínuas, de caráter educativo, social, cultural ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, orientado pelo princípio constitucional da indissociabilidade com o Ensino e a Pesquisa.”

¹¹O Ministério das Comunicações tem, por exemplo, o Programa GESAC que atende atualmente alguns assentamentos rurais do país e que “oferece gratuitamente ferramentas de tecnologia da informação e comunicação, especialmente conectividade” (MC/SID, 2011, p. 2); dos 270 pontos existentes em Goiás, onze são na zona rural. Já a Secretaria Nacional de Juventude tem programas como o Projovem Campo que oferece elevação de escolaridade e capacitação profissional para jovens que atuam na agricultura familiar e o Pronaf Jovem, linha de crédito destinado a jovens agricultores.



Tal relação é enfatizada nos objetivos da chamada que são: “1- Formar e capacitar a juventude rural no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC, respeitando a diversidade cultural e regional; 2- Qualificar e ampliar o número de conexões e equipamentos para acesso à internet em áreas rurais e remotas; 3- Ampliar o acesso aos serviços públicos e às ações de cidadania nas áreas rurais e remotas; e 4- Estimular atuação pautada na cidadania e na função social da educação superior” (MC/SID, 2011, p. 1).

Oferecendo subsídio de até R\$ 200 mil aos projetos selecionados, o edital definiu como possíveis eixos para fomento: I) “TIC direcionadas à Educação do Campo”, que tem como público os professores e as professoras das escolas públicas das áreas rurais¹²; II) “TIC direcionadas à Gestão e Comercialização da Produção na Agricultura Familiar”, que tem como público os jovens que trabalham diretamente na produção da agricultura familiar¹³; e III) “TIC direcionadas à Comunicação Digital nas áreas rurais”, cujo público são os jovens que vão se apropriar dessas ferramentas para a produção de informações, bem como no fortalecimento das identidades e representações locais (MC/SID, 2011, p. 2).

Neste artigo faremos uma revisão conceitual da relação entre comunicação, mundo rural e tecnologias, a partir do disposto na Chamada Pública nº 01/2011. Para tanto, apresentaremos uma proposta de análise e debate sobre o edital em questão, bem como à demanda e aos propósitos que o geraram. Especialmente, será levado em conta o terceiro item de ação disposto no documento: a produção imaterial e de relatos sobre a vida camponesa. Para além de justificar a existência de uma “sociedade da informação” que insinua a reorganização societal por meio de redes (CASTELLS, 2007), por que o Estado brasileiro, na atual conjuntura, interessa-se pela inclusão das novas TICs no campo, de modo a articular o trabalho das universidades, com seu *arsenal* de pesquisa e extensão? Tratar-se-ia de uma “invasão cultural” de novo tipo?

¹²É importante ressaltar que o governo federal vem fechando sistematicamente as escolas rurais nos últimos anos, dificultando o fortalecimento de uma *identidade* do campo, bem como a construção de um conhecimento que realmente esteja relacionada à realidade das zonas rurais brasileiras. Segundo a página na internet do MST, cerca de 24 mil escolas do campo foram fechadas desde 2002: <http://www.mst.org.br/Fechamentos-de-escolas-do-campo-e-um-retrocesso-afirma-erivan-hilario-mst>

¹³Vale destacar que normalmente todos os membros das famílias camponesas contribuem de alguma forma na produção agrícola dessas comunidades, no entanto, alguns jovens participam mais ativamente que outros.



Legados da “modernização” camponesa

O termo “invasão cultural” remete às críticas feitas por pesquisadores latino-americanos aos projetos políticos desenvolvimentistas das décadas de 1960 e 1970. O conceito tem origem nos escritos de Paulo Freire em *Extensão ou Comunicação?*, obra que realiza uma reflexão sobre a educação técnica aplicada à realidade camponesa.

A conjuntura da época sinalizava para transformação de fazendas em empresas rurais e incorporação de maquinários e insumos na rotina produtiva dos camponeses latino-americanos. Em seus escritos sobre a extensão rural (FREIRE, 2006; 2007), o autor refutou a proposta da chamada “revolução verde”, formulada no bojo da política de contra-insurgência estadunidense da Aliança para o Progresso e de reforço da “teoria da dependência” nas cátedras sociológicas dos países do Sul (MARTINS, 2001).

Conforme as observações de Freire, a “invasão cultural” ocorria na medida em que os técnicos agrícolas transmitiam conhecimento científico aos trabalhadores rurais, de maneira a descartar qualquer modo de fazer que não o técnico-científico. Essa “transmissão”, também chamada de “antidiálogo” (LIMA, 2001), se baseava em uma reformulação de saberes a partir da lógica e da necessidade dos processos de industrialização do capitalismo tardio, que caminhavam rumo à “modernização” do mundo rural nos países em desenvolvimento.

Na contemporaneidade, a alta produção de alimentos com agrotóxico (somente o Brasil consome cerca de 5,2 kg de veneno por habitante¹⁴), a dificuldade dos camponeses de retomarem sua produção em bases agroecológicas (MEDINA, 2010), o inchaço populacional das cidades, o êxodo rural, a miséria em massa, entre outros fatores, demonstram como o difusionismo foi avassalador para a gente do campo (MARTINS, 2001), representando mais do que transmissão de conhecimento e informação para um “novo” modo de produzir.

Com base nas palavras de José de Souza Martins, consideramos que o “equivoco” da modernização do campo foi além da “invasão cultural” identificada por Freire. Acarretou, sim, um “contradesenvolvimento social” desmedido. “A modernização é um valor dos sociólogos rurais e não necessariamente das populações rurais, porque, de fato, para estas não raro ela tem representado desemprego, desenraizamento, desagregação da família e da comunidade, dor e sofrimento” (MARTINS, 2001, p. 32).

¹⁴Conforme dados do Movimento dos Pequenos Agricultores e da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. Disponível em: www.contraosagrototoxicos.org



Marcados por essa trajetória histórica, questionamo-nos sobre a inserção das TICs no cotidiano da juventude rural, em pleno século XXI. Em que medida a proposta da Chamada Pública nº 01/2011 se aproxima ou se afasta do tão criticado difusionismo? Paulo Freire ensinou que em uma situação ideal, plena de troca de saberes e construção social, o homem transformaria a natureza com seu trabalho e essa natureza transformada originaria a cultura (FREIRE, 2011). A cultura e a história humanas seriam construídas a partir da sobrevivência, da comunhão e do labor. “O homem existe – existere – no tempo. Está dentro. Herda. Incorpora. Modifica. Porque não está preso a um tempo reduzido a um hoje permanente que o esmaga, emerge dele. Banha-se nele. Temporaliza-se” (FREIRE, 2011, p.57). Tal concepção refutaria as bases pedagógicas de difusão de conhecimento e seria o ponto de partida para relações humanas libertadoras.

Em uma tentativa de apropriação do pensamento do autor, esforçamo-nos por estar atentos às chances de elaboração de uma “invasão cultural” de novo tipo, considerando os discursos pungentes da estrutura societal global. Se nas décadas de 1960 e 1970 o imperativo era a modernização da produção primária, com base na mecanização do campo e na transformação das técnicas produtivas em técnicas industriais, quais seriam os imperativos contemporâneos?

As TICs a partir da estrutura

Constam em documentos multilaterais as diretrizes que orientam políticas públicas em todo o mundo e, sobretudo, nos países em desenvolvimento. O Banco Mundial (BM), por exemplo, desde a década de 1960, tem na formação, e conseqüentemente na preparação para o mundo do trabalho, uma das prioridades de investimento (FONSECA, 1995). De 1963 a 1983, 12% do total de recursos foram aplicados no setor da educação. Na década de 1970, foi liberado, no formato de financiamento para 42 países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, um montante correspondente a US\$ 431 milhões (FONSECA, 1995).

Como contrapartida, minutas de orientação moral-ético-política foram geradas nos anos de 1970, 1974, 1980 e 1990 (FONSECA, 1995), cada um com sua remessa monetária. Os dois primeiros documentos tiveram como foco a formação técnica e os dois últimos a formação básica. Até 1990, o investimento do BM foi direcionado, basicamente, a infra-estrutura de escolas e a projetos de gestão descentralizada. Dessa



década em diante, a prioridade passou a ser a implantação de laboratórios de informática e a difusão de novas tecnologias, dentro e fora das escolas (OLIVEIRA, 2008).

A partir dos anos 2000, a “nova sociabilidade”¹⁵ exigida pelo capitalismo avançado apresentou ao mundo a alternativa moral-ético-política da “terceira via”¹⁶. O advento da “sociedade da informação” demandou “novos” conceitos¹⁷ que valorizaram a ação e a formação dos seres humanos. A “qualidade total” e a “policognição”¹⁸ tornaram-se premissas de vida e o antigo proletariado deu lugar ao “cognitariado” (TOFFLER, 1985, *apud* FRIGOTTO, 1995, p. 78). Coincidiu com a formulação de “novos” discursos, o apontamento da rede mundial de computadores como uma “espinha dorsal da comunicação global” (CASTELLS, 2007, p. 431), cujas fronteiras espaço-temporais estejam submetidas à “cultura da virtualidade real” (CASTELLS, 2007, p. 413)¹⁹.

Esse patamar paradigmático está presente no Relatório para a Unesco²⁰ da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (DELORS, 1999), que classifica as TICs e as novas TICs como suportes técnicos da democratização do conhecimento e potenciais aceleradores do desenvolvimento de “novas potencialidades” cognitivas e afetivas dos seres humanos.

O documento define quatro pilares básicos para a formação “ao longo da vida”, responsáveis por “acompanhar a inovação” (DELORS, 1999, p. 19) e as transformações sociais: a) aprender a conhecer; b) aprender a fazer; c) aprender a viver juntos; d) aprender a ser (DELORS, 1999, p.p. 89-112). Diz o documento que, em consonância

¹⁵A necessidade de conformar formas de vida, padrões éticos e modelos de cidadania é identificada por Oliveira (MARTINS, 2007 *apud* OLIVEIRA, 2008, p. 22) como um “padrão de sociabilidade”.

¹⁶A terceira via é uma corrente de pensamento que engendra uma forma de produção e reprodução das condições de vida social com base no contexto histórico da globalização e do informacionalismo (OLIVEIRA, 2008). No plano político, fundamenta-se no processo de depuração do projeto da social-democracia (que concilia mercado e justiça social). Já no plano teórico, ampara-se nas teorias que difundem a existência de “novas relações” que se constroem supostamente de maneira independente das relações sociais capitalistas. Para sermos mais evidentes, a terceira via propõe um realinhamento do pensamento para além da “esquerda” e da “direita” política, reconhecendo tanto a “crise do marxismo” como a “insuficiência do neoliberalismo” (MARTINS & NEVES, 2010, p. 25).

¹⁷Nesse contexto, vale destacar a Teoria do Capital Humano, desenvolvida por Theodore Schultz, que deu impulso ao que viria a ser consolidada como a “nova ordem mundial” ou a “sociedade do conhecimento”. (FRIGOTTO, 1995, p. 92).

¹⁸Os traços da “policognição” (REZENDE PINTO, 1992 *apud* FRIGOTTO, 1995, p.97) são definidos como: o domínio de fundamentos sempre vinculados a uma técnica; a compreensão de processos referentes à lógica funcional das máquinas e à organização produtiva como um todo; “responsabilidade, lealdade, criatividade, sensualismo” (FRIGOTTO, 1995, p. 101); e a disposição por parte do ser social de doar ao mercado todo seu potencial afetivo, espiritual e comportamental.

¹⁹Apesar do pioneirismo de Manuel Castells na proposição de uma “nova sociedade” cuja base é a informação e não mais a mercadoria, a ideia de “sociedade em rede” surgiu pela primeira vez em 1820, com a proposta do padre Claude-Henri de Saint Simon de criar a “Associação universal sob o ponto de vista da indústria” para, paradoxalmente, equiparar ricos e pobres. A “nova” organização social, para o “visionário” Saint Simon, deveria ser semelhante a um organismo, com veias e pulsações, e ser estimulada por formas de comunicação das mais variadas (MATTELART, 2000, p. 37).

²⁰Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.



com “uma correta utilização dos modernos meios de comunicação”, esses quatro pilares, ao serem postos em prática, permitem que a juventude sinta-se produtora e reprodutora não somente de informação, mas de compreensões e representações sobre si mesma (DELORS, 1999, p. 22).

A Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI posiciona a humanidade na “era da comunicação universal”. Assim, defende o investimento de governos em políticas que ensinem a usufruir da realidade multimídia, para que as populações estejam preparadas para “hierarquizar, interpretar e criticar informações recebidas”. Essa é uma ação considerada necessária contra a “erosão das especificidades culturais” de cada povo ou localidade (DELORS, 1999, p.p. 39 e 40). Ademais de seu caráter expansionista, as TICs e novas TICs são consideradas pelo documento como ferramentas de (re)vinculação com o universo local.

A transformação não será automática

Em 2006 o Coletivo Magnífica Mundi realizou oficinas de comunicação na única escola pública de São Jorge, distrito de Alto Paraíso localizado na região Nordeste de Goiás e a 240 km do Distrito Federal. A oficina de internet foi uma das atividades propostas e também a primeira a preencher a quantidade de vagas disponíveis. O público variava entre crianças de 11 anos e adultos de 20 anos, todos habitantes da zona rural e que nunca haviam tido acesso ao computador. A oficina realizou analogias com experiências lúdicas e elementos que pertenciam à vida cotidiana dos opinantes, tal como ensinou a metodologia da educação popular legada por Paulo Freire (2011). O acesso aos computadores era restrito e só poderia acontecer na sede da Associação de Moradores de São Jorge. No último dia de oficina é que eles puderam entrar em contato com as máquinas e executar algumas atividades discutidas nos dias anteriores.

Ao terminarem as aulas, uma das alunas escreveu uma carta aos instrutores dizendo que “agora que seus olhos se abriram para um novo mundo” ela poderia “bater asas e voar”. Seu comentário foi animador, entretanto, ao fazermos uma observação crítica em relação a essa fala, notamos que a criança não havia feito além do que a máquina a permitia fazer. Em outras palavras, a criança foi programada a executar ações limitadas pela capacidade do computador. Essas limitações não são facilmente identificadas. E no caso não interferiram na sensação de *super-mulher* da criança, imaginando-se conquistar um *novo mundo*.



O mote do uso de artefatos tecnológicos é projetar imagens baseadas na tentativa de humanizar e familiarizar produtos, aproximando-os da história e do cotidiano das pessoas. As imagens são especificamente produzidas e organizadas de modo a sensibilizar o espectador. Tal situação induz o sujeito observador, com suas próprias histórias, a assumir as histórias cênicas e identidades ficcionais das personagens. Portanto, reside na intenção dos conglomerados do capitalismo informacional a tentativa de se criar laços que permitirão, através do afeto, acesso direto aos sentimentos, aos desejos e aos anseios das pessoas. Em outras palavras, conhecerão intimamente seus consumidores em potencial.

Essas estruturas podem parecer que são, de fato, eficientes ao tentar criar pontes que conectam histórias e interesses diversos. São incontáveis as pessoas que compartilham, a partir do ponto de imobilidade e do conforto e segurança de seus lares, informações e imagens que nada movimentam a potencialidade de criação coletiva. Funciona ao contrário. Essas imagens alimentam os bancos de dados de empresas, organizadas em rede, que se aproveitam dessa fragilidade para seduzir um número maior de usuários.

Por mais que a televisão permita o debate sobre questões que nunca seriam abordadas no seio das famílias tradicionais (MIRZOEFF, 1999, p.98), ainda, assim, os programadores de imagens cedem aos interesses individuais que pouco acrescentam à possibilidade de um cérebro cósmico (FLUSSER, 2008). A construção de imagens que constituem meios efetivos no estabelecimento de relações dialógicas entre as pessoas fica a cargo da disposição de um novo engajamento político. A intenção não é lutar contra as imagens, mas, sim, inverter a função que elas possuem atualmente em uma sociedade que se diz pós-moderna. Usá-las mais como diálogo do que discurso.

Mesmo que possa parecer utopia, a visão de Flusser (2008) sobre a conscientização dos programadores, fotógrafos, trabalhadores das caixas pretas e trabalhadores da imagem não está de toda desacompanhada. Surgem em ambientes que permeiam o campo dos estudos culturais e da cultura visual, estruturas e jogos que primam pela sistematização e síntese da informação. Emerge, aos poucos, um novo nível de consciência, o nível da criatividade consciente (FLUSSER, 2008).

Essa criatividade se espalha pelas aberturas e rachaduras criadas nos ambientes rígidos da academia e se fundem aos interesses libertários que transitam cautelosamente pelas ruas, pelas instituições e pela vida. O *homo ludens* (FLUSSER, 2008) parece superar o *homo faber*, que se importava com a capacidade de se fixar volumes



percebidos pelos olhos e dominados pelas mãos. O universo zerodimensional pode ser ocupado por esses jogadores conscientes e cabe a eles confeccionarem os mapas e pontes que conectam, em uma relação dialógica, com outros jogadores distantes pela imensidão do vazio sem fim do universo dos *pixels*.

A imagem por si não significa possibilidade de diálogo. É conversa fiada (FLUSSER, 2008, p.85), onde a informação por ela mesma se iguala ao *status* da arte pela arte. Informação redundante não gera processos realmente coletivos e colaborativos, já que não há o que se acrescentar. Os atuais aparatos tecnológicos foram concebidos para atender demandas pré-estabelecidas e para constituir visualidades programadas para divertir e falsear sentimentos e subjetividades. Entretanto, é do sujeito social enquanto agente cultural, munido de olhar crítico e ferramentas como a cultura visual, a responsabilidade de interpretar e possibilitar tais imagens, contextos e mecanismos a fim de transgredir um sistema fortemente estabelecido para um verdadeiramente coletivo e colaborativo. É necessário resistir. É importante se arriscar.

Na contramão, em forma de “Circo”

O Estado, teoricamente laico e democrático, não prevê distinções entre as pessoas que coletivamente constituem o cerne das vivências em sociedade. Da mesma forma, não distingue gênero, cor de pele, renda econômica, bairro onde moram ou quantidade de posses para condicionar às essas mesmas pessoas à permissão de obterem o *status* de cidadãos. Porém, no que diz respeito ao acesso à educação e aos serviços de comunicação e telecomunicações, a gente do campo ainda assim parece estar em condição desfavorável à gente dos grandes centros urbanos. Fazemos essa observação um tanto perplexos, tendo em vista que os primeiros e mais impactantes processos de mecanização do trabalho se deu, justamente, no campo.

De todo modo, os aparatos tecnológicos estão espalhados por todas as esquinas chamando a atenção, orientando ou desviando olhares. Por trás desses aparatos e tecnologias estão empresas que, protegidas pelas políticas públicas, entram na vida das pessoas com a premissa de inclusão social, econômica, tecnológica e com a promessa de que tudo será melhor.

Apesar de todo o esforço de uma parcela da sociedade em manter uma possível ordem e controle do mundo, sob suas ações planejadas e calculadas, como é o caso das grandes organizações mundiais, tais políticas esbarram na criatividade e capacidade de transformação do ser humano, que a partir de suas necessidades e dificuldades consegue



se apropriar do que lhe é imposto, fazendo-nos pensar em até que ponto os sujeitos estão subordinados ao sistema em que estão inseridos.

Até que ponto os eventuais elementos da cultura hegemônica, encontráveis na cultura popular, são frutos de uma aculturação mais ou menos deliberada ou de uma convergência mais ou menos espontânea e não, ao contrário, de uma inconsciente deformação da fonte, obviamente tendendo a conduzir o desconhecido ao conhecido, ao familiar. (Ginzburg, 1987, pp. 24-25)

Não devemos esquecer que essa apropriação está submetida a toda uma contradição existente no atual sistema em que vivemos, mas ao mesmo tempo não podemos pensar tais experiências a partir de um mundo sem imperfeições, já que vivemos em uma sociedade repleta de contradições e em constante transformação.

A contradição que encontramos entre a realidade do mundo e seu inacabamento é a própria contradição entre a ubiquidade da consciência e seu engajar-se num campo de presença... Essa ambiguidade não é uma imperfeição da consciência ou da existência, mas é sua própria definição... A consciência, que passa por ser o lugar da clareza, é, ao contrário, o próprio lugar do equívoco⁷. M. Merleau-Ponty, apud Eco, *Obra Aberta*, 1991, pp. 58-59.

Nesse sentido, apresentamos o Circo da Comunicação, da Infância e da Juventude, uma possibilidade metodológica de aprendizado compartilhado entre escola e movimentos sociais, que reúne fazeres da comunicação e das artes. Ao fazer a junção, por caminhos lúdicos, da palavra e de encantamento, o Circo oferece uma alternativa para se compreender a vida, os saberes, tendo a tecnologia de comunicação como plataforma de criação e intervenção no mundo. Enquanto proposta pedagógica, o conjunto de oficinas (espaços coletivos em que se recria), num movimento partilhado e múltiplo, mas, ao mesmo tempo, articulado e aberto, (re)ata os fios da vida em grupo, da construção social e cultural na diferença.

Quando meninos e meninas de rua, “alguns com peito e pés nus”, ocuparam a Universidade Federal de Goiás, em 1989, durante a realização do I Circo da Comunicação, da Infância e da Juventude, a reação mais indignada se deu a partir do instante em que os estudantes abandonaram suas salas de aula para ver peças teatrais, de criação coletiva das crianças, atraídos por palmas intermináveis da plateia inicial.

O Circo, como articulação de possibilidades em que crianças e adolescentes se apresentaram como parceiros na construção dessas novas plataformas de intervenção simbólica, não desaparece do imaginário ou da memória dos sujeitos sociais.

O contraditório, no caso, talvez seja esta trajetória diversa e criativa que não parece contemplada (e nem considerada) pelas políticas públicas que, vez ou outra, ensaiam tímida transferência de tecnologia para as camadas populares, no campo e na cidade. Além de separar, o



que memória e cultura atam e a tecnologia permite juntar – “o mundo da floresta e o mundo da cidade” – não estaria, de fato como desejo hegemônico, impedindo o sonho de “unir as mãos calejadas do campo àquelas da cidade”? (Di Felice, 2004, p. 292)

A ausência de um programa que, ao repassar tecnologias, habilite também os educadores na escola e nos movimentos sociais e os recupere como ambientes – e plataformas – articuladoras da informação, dos bens culturais e do conhecimento que as comunidades, onde se inserem, geram ou se apropriam, recriando-os segundo suas necessidades e estratégias de autonomia e continuidade.

A gente do campo, mais que novidades tecnológicas, reivindica a ternura e o compartilhar. O que lhe interessa é o respeito à sua cosmovisão, em que a tecnologia nunca foi – e não é – eixo central da existência. À gente do campo, apostamos, faz-se necessária a relação de reciprocidade com a natureza e com o outro (Ribeiro, 2005). Ao se sentir um ser capaz de manusear a tecnologia disponível, de co-gestionar o aparato de produção que existe e, também, o processo de distribuição simbólica daí decorrente, um Sem Terrinha pronuncia-se: “a coisa mais importante da minha vida foi participar do II Circo da Comunicação[...] em Alto Paraíso”²¹.

A contradição, enfim, revela-se em forma de questionamento: os programas oficiais, que sinalizam a democracia de acesso às tecnologias no meio popular, não estariam a assegurar o confisco simbólico, territorial e de riquezas dos povos, em benefício do agronegócio predador e de suas *commodities*, materiais e imateriais?

Referências Bibliográficas

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 6ª. ed. Tradução de Roneide Venâncio Majer.

DELORS, Jacques (org.). *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 1999.

ECO, Umberto. *Obra Aberta: Forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

FLUSSER, Vilem. *O universo das imagens técnicas*. São Paulo: Annablume, 2008.

²¹*Diário da Manhã*, Goiânia, edição de 21 de dezembro de 1999.



FONSECA, Marília. *O Banco Mundial e a Educação: reflexões sobre o caso brasileiro*. In: GENTILI, Pablo (org.). *Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública*. 2ª. Ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1995.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade – e outros escritos*. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 12ª ed.

_____. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. 14ª ed. ver atual.

_____. *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. 13ª ed.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional*. In: GENTILI, Pablo (org.). *Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública*. 2ª. Ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1995.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MARTINS, José de Souza. *O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural*. Estudos Avançados 15 (43), 2001.

MARTINS, André Silva & NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *A nova pedagogia da hegemonia e a formação/atuação de seus intelectuais orgânicos*. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da Nova Pedagogia da Hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010.

MATTELART, Armand. *A globalização da comunicação*. Bauru – SP: Edusc, 2000.

MC/SID. Chamada Pública Nº 01/2011. *Apoio à capacitação no uso das tecnologias da informação e comunicação para a juventude rural*. 2011.

MEDINA, Gabriel. *Desafios da extensão rural para a transição agroecológica: das práticas difusionistas para abordagens construtivistas*. Anais do VIII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, realizado em novembro de 2010, Porto de Galinhas, Brasil. Disponível em: <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/GT6-Gabriel-Medina-GT-6.pdf>

MIRZOEFF, Nicholas. *An Introduction to Visual Culture*. Londres/Nova York: Routledge, 1999.

OLIVEIRA, Daniela Motta de. *A formação de professores a distância para a nova sociabilidade: análise do “Projeto Veredas” de Minas Gerais*. Orientador: Waldeck Carneiro da Silva. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2008.

Páginas da Internet:

Informações sobre assentamentos em Goiás: <http://incragoias.wordpress.com/distribuicao-dos-assentamentos-no-estado-de-goias/>

Definição sobre comunidades tradicionais: <http://uc.socioambiental.org/territ%C3%B3rios-de-ocupa%C3%A7%C3%A3o-tradicional/territ%C3%B3rios-remanescentes-de-quilombos>

Secretaria Nacional da Juventude: <http://www.juventude.gov.br/sobre-a-secretaria/view>



Notícia sobre o fechamento de escolas na zona rural: <http://www.mst.org.br/Fechamentos-de-escolas-do-campo-e-umretrocesso-afirma-erivan-hilario-mst>

Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida: www.contraosagrotóxicos.org